

Queila Pahim da Silva
Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos org.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INCLUSÃO, PESQUISA, ENSINO E AÇÃO

Queila Pahim da Silva
Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
Organizadoras

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
INCLUSÃO, PESQUISA, ENSINO E AÇÃO**



Pantanal Editora

2021

Copyright® Pantanal Editora
Copyright do Texto® 2021 Os Autores
Copyright da Edição® 2021 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora

Edição de Arte: A editora. Imagens de capa e contra-capa: Canva.com

Revisão: O(s) autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – UFESSPA
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Me. Ernane Rosa Martins – IFG
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza – UFF
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandris Argentel-Martínez – Tec-NM (México)
- Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann – UFJF
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos – FAQ
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Dra. Patrícia Maurer

- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI
- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos – IFB
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>Educação profissional e tecnológica [livro eletrônico] : inclusão, pesquisa, ensino e ação / Organizadoras Queila Pahim da Silva, Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos. – Nova Xavantina, MT: Pantanal Editora, 2021. 92p.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-65-88319-56-7 DOI https://doi.org/10.46420/9786588319567</p> <p>1. Ensino técnico. 2. Ensino profissional. 3. Prática de ensino. I. Silva, Queila Pahim da. II. Santos, Sylvana Karla da Silva de Lemos. CDD 373.246</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos e-books e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es) e não representam necessariamente a opinião da Pantanal Editora. Os e-books e/ou capítulos foram previamente submetidos à avaliação pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação. O download e o compartilhamento das obras são permitidos desde que sejam citadas devidamente, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais, exceto se houver autorização por escrito dos autores de cada capítulo ou e-book com a anuência dos editores da Pantanal Editora.



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).

<https://www.editorapantanal.com.br>; contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

Esta obra reúne trabalhos de professores e estudantes de instituições de educação profissional e tecnológica, modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e que tem por finalidade prover o direito de educação e de profissionalização ao cidadão, ao prepará-lo para a atuação profissional e para vida em sociedade.

O primeiro capítulo, de autoria de Diego Melo e Raquel Lage Tuma, trata do mapeamento da Educação Profissional Técnica de nível médio e Tecnológica na área de eventos oferecidos em instituições de ensino regulares que são cadastradas no Ministério da Educação. Os resultados apontam que, apesar dos cursos técnicos serem ofertados em todo território nacional, com única exceção no estado do Acre, apenas 6,16% representam cursos técnicos em Eventos.

No segundo capítulo, o autor Venâncio Francisco de Souza Júnior, traz um panorama da constituição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e das políticas públicas relacionadas ao ingresso nas instituições públicas e privadas de ensino superior do Brasil através deste Exame. Conclui que as provas padronizadas de larga escala utilizadas em nosso país têm mais contribuído do que prejudicado a educação como um todo, mas o significativo direcionamento para a realização e aprovação em tais provas, traz o empobrecimento do ensino, já que o currículo fica demasiadamente fixado nos objetivos propostos pelos exames.

No capítulo seguinte, Elizângela dos Santos Alves da Silva e Queila Pahim da Silva, embasadas nos estudos sobre as crenças e emoções no processo de ensino aprendizagem de línguas, apresentam o relato de escolarização de um aprendiz autista em língua inglesa, em um curso técnico profissional de uma instituição pública de educação da capital federal do Brasil, Brasília.

No quarto capítulo, José Wagner Marques Raulino e Paulo José Leite Farias analisam se o gasto previdenciário brasileiro está comprometendo as sustentabilidades orçamentária e fiscal, o que reflete nos investimentos, dentre outras áreas, da educação profissional e tecnológica.

O quinto capítulo traz o relato de uma experiência bem sucedida das autoras Vanessa de Assis Araujo e Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos, para integração de duas componentes curriculares - Língua Inglesa I e Redes de Computadores - no curso técnico de ensino médio integrado em informática do Instituto Federal de Educação de Brasília.

E no sexto e último capítulo, Katia Guimarães Sousa Palomo mostra a importância da adaptação curricular para a inclusão de estudantes com deficiência, por meio do relato de vida de um aluno com deficiência intelectual em um curso superior de tecnologia de uma instituição federal.

Esperamos que os diferentes enfoques, compartilhados pelos autores e pelas autoras desta obra, possam contribuir com mais discussões no contexto da Educação Profissional e Tecnológica e nos diferentes âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão.

Queila Pahim da Silva
Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos


SUMÁRIO

Apresentação	4
Capítulo I.....	6
Mapeamento da educação profissional técnica de nível médio e tecnológica em eventos	6
Capítulo II	16
As provas padronizadas e as políticas públicas nacionais: uma crítica a partir do ENEM.....	16
Capítulo III.....	24
Relato de escolarização de um aluno autista na educação profissional: associação das crenças e emoções no ensino	24
Capítulo IV	36
Sustentabilidade do gasto previdenciário: realidade ou mito e implicações na educação profissional e tecnológica	36
Capítulo V.....	60
Integração no processo de ensino e aprendizagem: relato de experiência na formação técnica.....	60
Capítulo VI	74
A adaptação curricular como prática de equidade educacional no ensino superior	74
Índice Remissivo	91
Sobre as Organizadoras.....	92


Mapeamento da educação profissional técnica de nível médio e tecnológica em eventos

Recebido em: 15/09/2020

Aceito em: 19/09/2020

 10.46420/9786588319567cap1

Diego Melo¹ 

Raquel Lage Tuma^{2*} 

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o mercado de eventos apresentou uma forte expansão. Segundo dados do II Dimensionamento Econômico da Indústria de Eventos no Brasil, datado de 2013, a taxa de crescimento do setor, no que se refere à receita gerada, foi de 465,2% em comparação com o ano de 2001. Em relação à questão de empregos gerados, esse percentual corresponde ao total de 706,9% no mesmo período (ABEOC, 2013). Embora, dados oficiais mais recentes ainda não tenham sido disponibilizados, estima-se que, em 2016, segundo informação prestada pela Associação Brasileira de Profissionais, Serviços para Casamentos e Eventos Sociais (ABRAFESTA) o setor movimentou cerca de 210 bilhões apenas com eventos corporativos e 16 bilhões com eventos sociais.

Neste cenário de expansão e fortalecimento do setor, o mercado de eventos vem especializando-se, o que implica a demanda de profissionais, cada vez, mais aptos e qualificados. Com o surgimento desta necessidade formativa, começaram a se disseminar, em todo o território nacional, diversos cursos profissionalizantes com foco no setor, sejam eles na modalidade de cursos livres, técnicos profissionalizantes ou de graduação.

Diante de tantas possibilidades, o foco do presente estudo volta-se exclusivamente à oferta de cursos técnicos em instituições de ensino regulares devidamente cadastradas junto ao Ministério da Educação, visando efetuar o mapeamento das referidas unidades educacionais. A fim de que o pretendido objetivo fosse alcançado, o trabalho investigativo foi metodologicamente sistematizado da seguinte forma: no primeiro momento, foi desenvolvida uma pesquisa em fontes bibliográficas e documentais acerca da educação profissional e tecnológica, com ênfase nos cursos Técnico e Tecnólogo em Eventos. Logo em

¹ Tecnólogo em Eventos (Instituto Federal de Brasília).

² Bacharel em Turismo (UCDB-MS); Especialista em Gestão de Turismo, Hotelaria e Eventos (Uniderp-MS); Mestre em Turismo: Planejamento e Gestão Ambiental e Cultural (Unibero-SP); Doutora em Geografia (UFG-GO), com Doutorado Sanduíche na Universidade de Paris IV Sorbonne (Paris, França).

*Autor correspondente: tuma.raquel@gmail.com

seguida, processou-se uma sondagem da plataforma SisTec (Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica), na qual foram coletados os dados de todas as instituições cadastradas junto ao Ministério da Educação e que possuíam os referidos cursos ativos.

CONCEITO DE EVENTOS E BREVE DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA ATIVIDADE

Segundo a definição oficial dada pela ABNT NBR 16.004/2006, conceitua-se por ‘evento’ as atividades previamente planejadas para um determinado tempo e em um determinado local, com intuito de reunir pessoas. Esta primeira definição, posteriormente, foi refinada por estudiosos e profissionais da área, acrescentando-se, elementos que remetem à atividade laboral do organizador/promotor. O Caderno técnico para a contratação de serviços de eventos, elaborado pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal (2018), por exemplo, define ‘evento’ como a “atividade social, de natureza temporária e previamente planejada, com propósitos específicos, entre outros, de promover, celebrar, comunicar, capacitar, recepcionar e integrar grupos de interesse, organizada por pessoas especializadas.”

Pode-se atribuir essa subjetividade conceitual ao próprio desenvolvimento histórico da atividade, cuja sistematização do mercado enquanto área de atuação para profissionais com qualificação específica é um processo demasiado recente, ainda que os primeiros registros de sua realização remontem a acontecimentos sociais desenrolados na Antiguidade Clássica.

Matias (2013) relaciona os Jogos Olímpicos Gregos como sendo os primórdios da atividade, e aponta uma série de outros acontecimentos do período como elementos importantes na dinâmica de sua evolução, entre os quais a autora destaca as Festas Saturnálias. Ao longo do citado período histórico e no período posterior, oficialmente denominado Idade Média, a área de eventos ainda não era considerada como um campo específico de atuação profissional, de sorte que seu desenvolvimento, ao longo de muitos anos, esteve atrelado ao que, mais tarde, viria a ser o setor de turismo.

A mesma autora indica que, apenas na modernidade, com a realização do Congresso de Medicina Geral, promovido no ano de 1681 em Roma, e com a retomada dos Jogos Olímpicos em 1896, que o mercado ganhou maior visibilidade e maior expressão, tornando perceptível, aos contemporâneos da época, a necessidade de fundar organizações que pudessem sistematizar a atividade e promover esforços em defesa dos direitos e interesses daqueles que ousavam empreender neste novo setor produtivo (Matias, 2013). Entre as instituições fundadas destacam-se: a Convention Bureau (1895), a International Association of Convention and Visitors Bureau (1914), a Convention Liaison Council (1949), a Association Internationale des Palais de Congress (1958), a International Congress and Convention

Association (1961) e, no Brasil, a Associação Brasileira de Eventos e Empresas Operadoras em Congressos e Convenções (1977).

A EDUCAÇÃO TÉCNICA NO BRASIL: SÍNTESE DOS AVANÇOS NAS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Denomina-se educação escolar, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), aquela que objetiva preparar cada indivíduo para sua inserção no mundo do trabalho e para o exercício de sua cidadania, sendo transmitida, através do processo de ensino-aprendizagem, em instituições constituídas especificamente para esse fim (Brasil, 1996).

Sabe-se que, antes da promulgação da referida lei, os processos educacionais possuíam uma natureza dual, na qual havia a proposição de uma formação acadêmica-intelectual (geralmente elitizada) que se contrapunha à formação técnico-profissional (de natureza assistencialista, que buscava sanar o problema de qualificação daqueles que necessitavam ingressar o mais rápido possível no mercado de trabalho). Esta dualidade legou à Educação Profissional e Tecnológica um estigma de formação inferior, que só foi superado muito recentemente, com o advento da já citada legislação. Com efeito, Cordão (2018) afirma que a promulgação da LDB culminou em importantes avanços para a compreensão e para a prática da Educação Profissional, colocando no centro do processo formativo não mais a ideia de uma preparação para execução de tarefas, mas sim a subjetividade do estudante e as etapas que este precisa percorrer para desenvolver habilidades e competências profissionais em sua área de estudo.

Neste contexto de avanços, outros dispositivos legais e normativos foram promulgados para esclarecer e conferir maior objetividade às diversas modalidades de ensino. Em termos conceituais, por exemplo, o Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004 é muito importante, pois regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, onde são tratadas questões relacionadas ao teor e à validade da educação profissional (Brasil, 1996).

Nele, lê-se que a formação técnica, cuja proposta visa oferecer qualificação profissional a discentes matriculados no ensino médio e a seus egressos, deve ser desenvolvida de forma integrada à educação básica ou de maneira subsequente a ela, e que tais cursos foram “estruturados e organizados em etapas com terminalidade, incluirão saídas intermediárias, que possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após sua conclusão com aproveitamento” (Brasil, 2004). Enquanto a formação tecnológica, por seu caráter de graduação, destina-se apenas aos que já concluíram o ensino médio, tendo sua organização orientada pelas diretrizes curriculares nacionais.

Outro importante documento são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Ensino Médio (2012), cujo conteúdo indica que o objetivo da formação técnica consiste no esforço de “proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais

necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científicos-tecnológicos, sócio-históricos e culturais” (Brasil, 2002); e como metas dos cursos de tecnologia as seguintes ações:

I - incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos; II - incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho; III - desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços; IV - propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias; V - promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação; VI - adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos; VII - garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular (Brasil, 2002).

Consonantes a este escopo, os cursos técnicos em Eventos no Brasil, regulamentados pelo Ministério da Educação, buscam habilitar seus egressos para a organização, operação e avaliação de “serviços de apoio técnico e logístico a eventos de diversas classificações e tipologias”. Ao passo que os cursos de Tecnologia em Eventos visam capacitar seus graduandos para o emprego de um olhar mais amplo acerca das estratégias aplicáveis às diversas etapas do planejamento, da execução e da gestão de eventos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa busca identificar o número de instituições de ensino que ofertam os cursos técnicos e tecnólogos em Eventos, segundo a base de dados de unidades educacionais cadastradas no Ministério da Educação. Portanto, caracteriza-se como pesquisa exploratória, uma vez que “tem por objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter uma nova percepção dele e descobrir novas ideias” (Cervo et al., 2007).

Quanto à abordagem teórica, segundo Gerhardt e Silveira (2009) é quantitativa, pois centra-se apenas na representatividade numérica relativa ao seu objeto de estudo. Quanto ao procedimento, é pesquisa documental, tendo por técnica de coleta o levantamento e lapidação de informações contidas na plataforma oficial do MEC.

Para que o objetivo proposto fosse plenamente alcançado, optou-se por fracionar o trabalho em duas etapas: na primeira, efetuou-se o levantamento de dados bibliográficos e documentais referentes ao tema; na etapa seguinte, efetuou-se o levantamento de dados sobre as ofertas do curso técnico de ensino médio em Eventos na plataforma SisTec (Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica); na etapa seguinte, efetuou-se o levantamento de dados sobre as ofertas do curso de tecnologia em Eventos na plataforma E-MEC (Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior). Os resultados obtidos foram, por fim, tratados e seguem descritos abaixo.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

A partir das informações colhidas na plataforma SisTec, foram identificadas 343 unidades educacionais nas quais há oferta de curso técnico em Eventos. Tais unidades estão presentes em quase todos os estados brasileiros e no Distrito Federal (com exceção do Acre), distribuídas em 191 municípios, conforme Tabela 1 abaixo:

Do total, 29,15% das instituições de ensino são campus dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; 9,9% são pólos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC; e 7,8% são ETECs.

Os Estados com maior número de escolas com oferta do curso técnico são: São Paulo, com o valor de 11,95% do total de instituições de ensino; Paraná, com o percentual de 8,75%; Minas Gerais, com 7%; Piauí e Amazonas, com 6,1% cada; e Ceará e Pernambuco, com 5,8% cada. Juntos, estes Estados concentram em seus territórios mais da metade das ofertas.

Cabe lembrar que, além do curso técnico de Eventos especificamente, algumas destas Unidades da Federação contam com a oferta de cursos semelhantes, tais como o curso técnico de turismo e evento e o curso de técnico em lazer. Estas informações, porém, foram omitidas na pesquisa, por não se caracterizar como objeto do presente estudo.

Quanto aos dados colhidos na plataforma E-MEC (Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior), foram identificadas 133 entidades educacionais com oferta do curso de Tecnologia em Eventos, das quais apenas 75 tem o curso ativo e em estado regular. Das que não tem o curso ativo, 49 instituições iniciaram o curso, mas o colocaram em processo de extinção; e 9 instituições o extinguiu antes de inaugurarem turma.

Tabela 1. Distribuição de instituições de ensino com curso técnico em Eventos no Brasil. Fonte : SisTec. Organização dos dados e Elaboração da Tabela: Os autores.

Unidade da Federação	N. de Instituição de Ensino	Municípios contemplados
Alagoas	5	2
Amapá	3	2
Amazonas	21	8
Bahia	13	8
Ceará	20	12
Distrito Federal	5	1
Espírito Santo	5	3
Goiás	4	4
Maranhão	4	1
Mato Grosso	4	3
Mato Grosso do Sul	13	10

Minas Gerais	24	18
Pará	14	9
Paraíba	4	2
Paraná	30	18
Pernambuco	20	6
Piauí	21	12
Rio de Janeiro	15	6
Rio Grande do Norte	5	2
Rio Grande do Sul	9	9
Rondônia	7	6
Roraima	1	1
Santa Catarina	7	7
São Paulo	41	39
Sergipe	3	1
Tocantins	1	1

Outra informação importante fornecida pelo portal diz respeito aos anos nos quais os referidos cursos foram iniciados: o pioneiro foi inaugurado em janeiro de 2002 na Faculdade de Tecnologia Interamérica e consistia em uma formação tecnológica em Turismo de Eventos. Em seguida, surgiram, no ano de 2003, o curso de Eventos na universidade Estácio de Sá e o curso de Comunicação Empresarial e Estratégias em Eventos da Universidade Vila Velha. O auge de inauguração dos cursos de Eventos ocorreu entre 2007 e 2009, quando se iniciaram novas turmas em um total de 43 instituições distintas, depois o número voltou a decrescer exponencialmente, chegando a 1 nos anos de 2017 e 2018. Em 2019, 9 instituições de ensino se dispuseram a começar novas turmas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

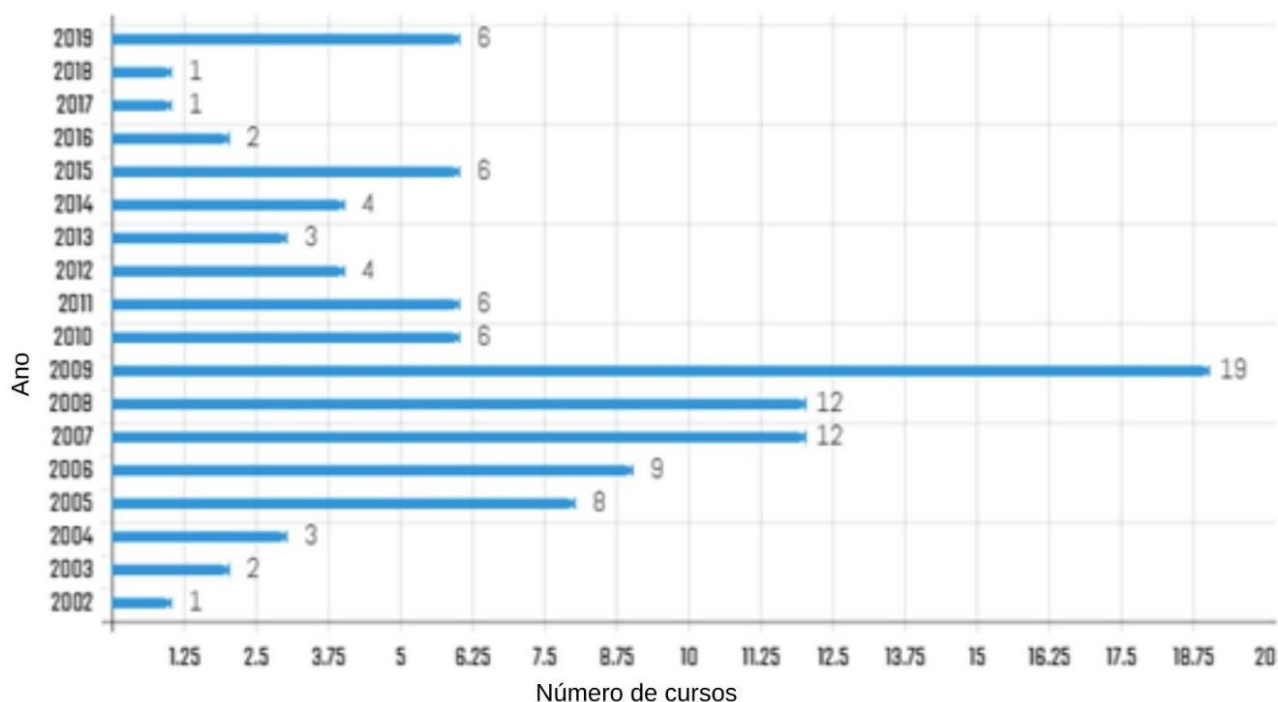


Figura 1. Cursos de Tecnologia em Eventos, distribuído por ano de início. Fonte dos dados: E-Mec, Organização dos dados e elaboração do gráfico: Os autores.

Por fim, quanto à modalidade de ensino, apenas 7,5% das Instituições pesquisadas oferece ou ofereceu o Curso de Tecnologia em Eventos em EaD, as demais optaram pelo sistema de ensino presencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da pesquisa, é possível verificar que o objetivo de identificar as ofertas dos cursos técnico e tecnólogo em Eventos foi alcançado. Todavia, seus resultados ainda possibilitam a construção de muitos outros problemas para futuras investigações.

Os dados encontrados na plataforma Sistec, por exemplo, embora pareçam apresentar o retrato de uma formação profissional que auferiu sucesso em fazer-se presente em quase todos os Estados do país e no Distrito Federal, também denuncia, em suas entrelinhas, o muito esforço que ainda necessita ser empreendido para que a qualificação profissional das pessoas que já atuam ou que pretendem trabalhar no setor de Eventos tenha um alcance efetivo em todo o território nacional. Se considerado o número total dos 5.570 municípios que compõem o território brasileiro – nota-se que, atualmente, o curso técnico é ofertado em apenas 6,16% destes.

Os mesmos dados indiciam uma reflexão sobre como a população, de modo geral, pode ter acesso ou não aos cursos, principalmente em localidades onde seus cidadãos são economicamente menos

favorecidos. Isto porque, se considerados os percentuais das unidades de ensino, somando as ofertas de curso dos Institutos Federais e das ETECs, têm-se, pelo menos, 36,96% das oportunidades disponibilizadas de forma completamente gratuitas. Este número pode ganhar maior expressão se acrescidas ainda os 9,9% do Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, cujo Programa de Gratuidade (PSG) beneficia pessoas que dispõem de renda familiar mensal inferior a dois salários mínimos.

Outra reflexão que os dados trazem é a necessidade de fazer um debate sobre a relação entre o crescimento e fortalecimento do mercado de eventos nas diferentes regiões do país e a disponibilização dos cursos de Educação Profissional e Tecnológica em Eventos nestes territórios. Essa é uma discussão interessante porque convida a pensar onde existem áreas com grande potencial de empregabilidade e poucos profissionais verdadeiramente habilitados, ou o contrário.

Os dados encontrados na plataforma E-MEC também necessitam ser melhor refinados, prospectando informações mais relevantes sobre as características das Instituições de Ensino, Projetos Pedagógicos dos Cursos, quantidade de vagas e número de alunos que conseguiram concluir a graduação e receber o título de tecnólogo.

Estes pontos acima mensurados não foram explorados na pesquisa, em razão das limitações que, porventura, vieram a obstaculizar seu desenvolvimento. Entre os quais destacam-se: ausência de dados mais consistentes nas plataformas pesquisadas, pouca disponibilidade de recursos tecnológicos e humanos para expandir a abrangência e a profundidade do estudo, entre outros.

Para um melhor aprofundamento do tema, espera-se que tal estudo e as questões aqui propostas fomentem novas pesquisas, nas quais sejam esmiuçadas temáticas e perspectivas não contempladas neste documento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEOC (2013). II Dimensionamento econômico da Indústria de Eventos no Brasil. ASSOCIAÇÃO Brasileira De Empresas de Eventos (Disponível em: <http://www.abeoc.org.br/wp-content/uploads/2014/10/II-dimensionamento-setor-eventos-abeoc-sebrae-171014.pdf>. Acesso em: 18/out/2019.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas (Brasil) (2016). NBR 16004: Eventos - Classificação e terminologia. Rio de Janeiro.
- BRASIL (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20/set/2019.
- BRASIL (2001). CNE/CES. Parecer nº 436, de 02 de abril de 2001. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>. Acesso em: 22/set/2019.

BRASIL (2002). CNE/CP. Resolução nº 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>. Acesso em: 04/out/2019.

BRASIL (2002). CNE/CP. Resolução nº 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>. Acesso em: 04/out/2019.

BRASIL (2008). Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20/set/2019.

BRASIL (2012). CNE/CEB. Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CNE_CEB-06_2012.pdf. Acesso em: 10/abr/2014.

BRASIL (2014). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 20/set/2019.

Cervo AL et al. (2007). *Metodologia Científica*. 6 Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Cordão FA (2018). *A LDB e a nova Educação Profissional*. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/546/466>. Acesso em: 20/set/2019.

Gerhardt TE, Silveira DT (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

IFB - Instituto Federal de Brasília (Brasil). Regimento Geral do Instituto Federal de Brasília. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/institucional/normas-internas-do-ifb>. Acesso em: 22/set/2019.

IFB - Instituto Federal de Brasília (Brasil). (2017). Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Eventos. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/article/18950/PPC%20Tecn%C3%B3logo%20em%20Eventos%202017.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

IFB - Instituto Federal de Brasília (Brasil). (2017). Plano de Curso: Técnico de Nível Médio Subsequente em Eventos. Disponível em:

<https://www.ifb.edu.br/attachments/article/18950/PPC%20Tecn%20c3%b3logo%20em%20Eventos%202017.pdf>. Acesso em: 01/out/2019.

Matias M (2013). *Organização de Eventos: procedimentos e técnicas*. 6 ed. Manole: Barueri-SP.

MEC - Ministério da Educação (2019). Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. Sistema e-MEC. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 13/out/2019.

MEC - Ministério da Educação (2019). Consulta Pública das Escolas e Cursos Técnicos Regulares nos Sistemas de Ensino e Cadastrados no MEC. Sistema SisTec. Disponível em: <http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino>. Acesso em: 13/out/2019.

Pacheco EM (2010). Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN. E-Book. ISBN 978-85-89571-68-5. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1013>. Acesso em: 20/set/2019.

Sampieri RH et al. (2013). *Metodologia de Pesquisa*. 5 ed. Mc-Graw Hill: São Paulo.

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal. (2018). Caderno técnico para contratação de serviços de eventos. Brasília-DF: 2018. Disponível em: http://www.seplag.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/11/Caderno-T%20c3%A9cnico-EVENTOS-FINAL-24_04_2018.pdf. Acesso em: 10/out/2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

adaptação curricular, 4, 75, 77, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 88, 89, 90
 autismo, 25, 34, 36

D

deficiência intelectual, 4, 77, 78, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89
 direito à educação, 24, 35, 78

E

educação profissional, 4, 6, 8, 15, 16, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 37, 38, 50, 53, 61, 72, 85
 ensino, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 35, 36, 37, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 91
 médio, 4, 8, 9, 18, 20, 21, 61, 62, 64, 87
 médio integrado, 29
 equidade educacional, 75, 77, 81, 82, 85, 89
 equilíbrio, 37, 38, 42, 43, 55, 56, 59
 estudo, 6, 8, 9, 10, 13, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 64, 67, 68, 69, 81, 83, 86, 87, 89
 Exame Nacional do Ensino Médio, 4, 16, 20

I

inclusão, 3, 4, 16, 25, 35, 68, 69, 71, 75, 76, 77, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91

integração, 4, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 82

L

língua inglesa, 4, 25, 26, 31, 36, 63, 64, 68, 69, 70

O

orçamento, 7, 15, 52, 53, 55, 58

P

políticas públicas nacionais, 16
 previdência social, 26, 37, 41, 43, 45, 50, 57
 profissional, 3, 4, 7, 8, 9, 12, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 36, 41, 50, 61, 64, 75, 78, 83, 85, 89

Q

qualidade da educação básica, 17

R

rede federal, 14, 29, 35, 57, 61, 72
 redes de computadores, 63

S

sustentabilidade, 37

T

técnico, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 12, 15, 25, 26, 61, 64

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Queila Pahim da Silva



Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico nas áreas de Turismo, Hospitalidade e Lazer no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB). Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012); Especialista em Planejamento e Consultoria Turística pela Faculdade Estácio de Sá RN (2009); Bacharel em Turismo pela Faculdade de Ciências Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte (2005) e técnica de Guia de Turismo pelo SENAC RN (2005). Atua nas áreas de formação de professores para a educação bilíngue de Surdos, educação de Surdos e oratória para ouvintes. Participa dos Grupos de Pesquisa: Grupo de Estudos Críticos

e Avançados em Linguagens (GECAL) da Universidade de Brasília, Comunidade Escolar: Encontros e Diálogos Educativos da Universidade Católica de Brasília e Ensino de Libras - Língua Brasileira de Sinais do Instituto Federal de Brasília. Faz parte do corpo editorial da Pantanal Editora.

Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos



Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico na área de Informação e Comunicação no IFB. Doutora em Ciência da Informação (UnB); Mestre em Engenharia Mecânica (UFPE); Especialista em Informática Educacional (Fafire), Design Instrucional para EaD Virtual (Unifei) e Artes Visuais: Cultura e Criação (Senac/DF). Graduada em Engenharia Elétrica (UPE) e em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de sistema (IFPE). Atua como orientadora de trabalho de conclusão de curso em nível de graduação e pós-graduação e pesquisa de iniciação científica. Membro de Grupos de Pesquisa Institucionais do IFB: Avaliação das Políticas Públicas em Educação, Diversidade e Inclusão, e Ensino de Libras - Língua

Brasileira de Sinais do IFB.



ISBN 978-658831956-7



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br